



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

MINISTÉRIO DAS MULHERES E A RETOMADA DA CATEGORIA GÊNERO

PAULA MARTINS SIRELLI¹

GABRIELLE GOMES FERREIRA²

ANA CAROLINA DIELE SILVA REGINALDO³

DÂMARYS PAULA DA SILVA SOARES⁴

ISABELA CARDOSO RAMOS⁵

RESUMO

O artigo busca compreender se o Ministério das Mulheres (criado em 2023) resgata a categoria gênero ao desenhar suas ações. Recorremos aos princípios teórico-metodológicos do materialismo histórico crítico dialético, e interseccionalidade de base decolonial. Apontamos que o Ministério tem registrado avanços importantes, ainda que limitados, para se pensar gênero e política para mulheres no Brasil.

Palavras-chaves: Ministério das Mulheres, gênero, mulheres, Instagram.

ABSTRACT

This article seeks to understand whether the Ministry of Women (created in 2023) uses the gender category when designing its actions. We used the theoretical-methodological principles of historical-critical dialectical materialism and decolonial intersectionality. We point out that the Ministry has made important, albeit limited, progress in thinking about gender and women's politics in Brazil.

Keywords: Ministry of Women, gender, women, Instagram.

¹ Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras

² Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras

³ Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras

⁴ Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras

⁵ Escritório Social de Cabo Frio

INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado é resultado das reflexões iniciais do Projeto de pesquisa “Ministério das mulheres e o governo Lula (2023 – 2026): (re)construção da agenda de igualdade de gênero no Brasil?”⁶ que objetiva compreender quais as perspectivas teóricas e políticas o Ministério das Mulheres vai orientar a política pública de atenção às mulheres durante o ano de 2023 e de que forma esta vai contribuir para diminuir as desigualdades de gênero.

Ao questionarmos se há uma reconstrução, partimos do pressuposto que em algum momento houve uma desconstrução. E é essa reflexão que nos leva ao ano de 2018, quando um governo de extrema direita é eleito com uma bandeira de perseguição ao “gênero”, com uma campanha eleitoral baseada no discurso de uma “ideologia de gênero”. Nesse mesmo ano de chegada de Bolsonaro à presidência, foi criado o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Aparentemente nomear um Ministério como da Mulher seria um avanço. Porém, corroboramos com Teixeira e Barbosa (2022), que a criação desse Ministério foi efeito e resposta a uma disputa travada pela direita, por conceitos e categorias, como gênero, família e direitos humanos.

O que se viu foi um destaque para “mulher” e “família” em detrimento dos direitos humanos no novo Ministério. Algumas autoras vêm se debruçando sobre o que significou a adoção desta prática discursiva (TEIXEIRA e BARBOSA, 2022; MOSCHKOVICH, 2022) e denunciado como as mudanças no interior do Ministério não foram apenas de nomenclatura, mas parte de uma estratégia já utilizada em outros momentos históricos em governos fascistas.

Em 2023, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, os movimentos de mulheres e feministas receberam com muita esperança a notícia da criação de um Ministério das Mulheres (MMulheres, como ele se denomina). Garantir pastas no Governo Federal que tenham como foco propor políticas para as mulheres é uma preocupação histórica de tais movimentos.

Entre nós, assistentes sociais e demais profissionais que trabalhamos com políticas públicas, que vivenciamos um desinvestimento em políticas para as mulheres, gerou uma expectativa de políticas efetivas na diminuição da desigualdade de gênero.

É nesse contexto que retomamos os estudos de autoras como Teixeira e Barbosa, (2022) e Moschkovich (2022) que nos ajudaram a compreender que a empreitada do governo de

⁶ Projeto financiado com bolsa de iniciação científica financiadas pela FAPERJ e PIBIC/PROPPi

Bolsonaro, tendo como expoente o MMFDH foi construir uma pauta de políticas públicas anti gênero (SIRELLI, *et al.* 2023), já que houve não apenas um apagamento do termo das políticas e publicações, mas uma diversidade de ações que reforçam a mulher como uma categoria biológica e universal, bem como reforço da divisão sexual e racial do trabalho, e perseguição à mulheres LBTs (lésbicas, bissexuais e transexuais). Nesse sentido, nossa preocupação de pesquisa e a síntese apresentada aqui vem no sentido de entender se o MMulheres resgata esta categoria para orientar a política pública de atenção às mulheres durante o ano de 2023.

Compreender as transformações societárias recentes é tarefa dos assistentes sociais e demais profissionais que trabalham com políticas públicas, para assim construir elementos para intervir nesta realidade e transformá-la. Nossa proposta de pesquisa entende que o objeto de pesquisa é parte de uma realidade social histórica e concreta, logo, recorre aos princípios teórico-metodológicos do materialismo histórico crítico dialético, buscando diálogo entre os campos do marxismo e da interseccionalidade de base decolonial.

Partimos de uma perspectiva de que existem "múltiplas e simultâneas opressões" (COMBAHEE RIVER, 2019), já que as opressões racial, sexual e de classe se interseccionam, se imbricam. Collins (2017) coloca a interseccionalidade como uma categoria não só analítica, mas também como prática política, um instrumento para a emancipação individual e coletiva.

Para uma aproximação da perspectiva teórica e política que vai orientar a política pública de atenção às mulheres durante o ano de 2023, procedemos a análise simultânea do material produzido pelo Ministério e pesquisa teórica da categoria gênero.

Para a construção da base teórica de análise partimos do levantamento e seleção bibliográfica das diferentes perspectivas teóricas que permeiam o debate. Uma síntese, que localiza o leitor na escolha da categoria gênero, bem como nossa apreensão teórica do mesmo, está exposta na primeira parte deste artigo.

Na segunda parte, procedemos ao levantamento de informações via pesquisa documental em meio digital. De acordo com Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), esta análise é "[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos", e que possibilita extrair e resgatar dos documentos uma riqueza de informações.

A pesquisa demandou um longo trabalho de campo documental e digital, com o acompanhamento semanal de documentos públicos e material de redes sociais institucionais do MMulheres, como o Instagram, canais oficiais de comunicação digital, como o site do Ministério da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Mulher e YouTube. Por se tratar de um procedimento que possibilita a análise de diferentes fontes, de diferentes documentos, e por permitir análises quantitativas e qualitativas, consideramos que a análise documental é um importante procedimento para análise de sites e redes sociais. A pesquisa qualitativa coloca-se como percurso metodológico importante de compreensão detalhada, em profundidade, dos eventos que estão sendo investigados.

Para exposição dos dados, foram utilizados fragmentos das notícias, de postagens, de pronunciamentos do Ministério, da legislação e das políticas construídas pelo MMulheres, *print* das páginas (impressões de tela) de postagens de exemplares específicos para uso no trabalho. A partir das informações coletadas, mapeamos, por meio de espaços importantes e institucionais de comunicação, se o MMulheres resgata a categoria gênero para orientar a política pública de atenção às mulheres durante o ano de 2023, primeiro ano do governo

Por fim, concluímos que o Ministério das Mulheres tem apontado avanços importantes para se pensar a política para mulheres no Brasil. Para nós, assistentes sociais, atrelar a perspectiva de gênero à formação e ao trabalho profissional, é urgente. Reconhecer, entretanto, que estas desigualdades são estruturais, e que políticas públicas para as responder, ainda mais construídas em um governo abertamente neoliberal, são necessárias, mas insuficientes para superá-las.

O MMULHERES E ALGUMAS REFLEXÕES PARA PENSAR A CATEGORIA GÊNERO.

Com a eleição de um governo democrático, que defende pautas feministas, e que logo anuncia a criação de um Ministério das Mulheres, chefiado por Cida Gonçalves, uma militante dos direitos das mulheres, especialista em gênero e violência contra mulher e que já acumula experiência com o trabalho junto a este público, consideramos importante pesquisar em que medida as ações do Ministério serão pensadas no sentido de diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, buscando a igualdade de gênero. Construímos alguns indicadores que serão analisados durante o período da pesquisa (se trata de uma pesquisa longitudinal), mas, nesse primeiro ano, nossa preocupação foi entender se o MMulheres resgatará conceitos e categorias com embasamento teórico e político do campo crítico ao desenhar suas ações.

Desde sua introdução no desenho de políticas públicas, o gênero passou por transformações, teve investimentos e muitos ataques. Estes ataques e críticas vêm sendo cada vez mais fortes. Nas últimas décadas, o Brasil testemunhou uma ascensão da cultura neoconservadora, especialmente evidenciada durante o ex-governo de Jair Bolsonaro. Este

período marcou uma significativa mudança nas políticas públicas relacionadas às questões de gênero, sexualidade e organizações familiares. Deste modo, todas essas transformações nos mostram a necessidade de compreender como o contexto político influencia diretamente na organização das políticas públicas.

Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil (2019-2022), assumindo o governo em janeiro de 2019. Este governo carregou marcas do neofascismo, do conservadorismo, do genocídio da população negra, indígena e pobre, atacando os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+, usou o pânico moral e as fakes news em torno da sexualidade, reduzida a sexo como procriação, em um claro apelo religioso e moral, para pautar ideias conservadoras sobre educação e sexualidade a fim de atrair o apoio das massas.

Destacamos, assim, os retrocessos que serão vivenciados no governo Bolsonaro, no qual iremos presenciar um reordenamento teórico político das políticas públicas para as mulheres, famílias, população LGBTQIAPN+ e população negra. O Ministério da Mulher foi criado, mas a inserção da palavra família já demonstrava um direcionamento ético, teórico e político (Sirelli et. all, 2023), pautando suas ações envolvendo a família como seu principal lugar de intervenção, reforçaram uma divisão sexual e racial do trabalho, na qual o trabalho reprodutivo, que teoricamente deveria ser feito pelas famílias em sua totalidade, recai sobre as mulheres propositalmente, reforça o papel da mulher como cuidadora, doméstica, já que sua linha ideológica e religiosa naturaliza os papéis sociais que são construídos historicamente.

A população torna-se, então, alvo de manipulação e persuasão com campanhas fundamentalistas e moralistas usando o nome de Deus. Pautas como a “ideologia de gênero”, a criminalização do aborto, criminalização das drogas, a “cura gay”, movimentos “pró-vida” e “pró-família” aumentaram de forma drástica junto com as *fakes news* a partir, principalmente, das redes sociais.

Esse discurso da “ideologia de gênero” vem mascarado por diversas formas de combate aos direitos das mulheres, direitos reprodutivos, direitos da comunidade LGBTQIAPN+, legitimando as desigualdades e hierarquias de gênero. Não é à toa que a campanha de Bolsonaro foi baseada no combate à “ideologia de gênero” e à retomada de valores conservadores em prol das famílias e de um determinado padrão de mulher. Em seu discurso de posse faz essa chamada a população: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas” (UOL, 2019, n.p.). Segundo Junqueira (2018, p. 6):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não é surpresa que nas arremetidas polêmicas contra a “ideologia de gênero” assumam centralidade os esforços para não apenas rechaçar a desmistificação de compreensões naturalizadoras do humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais, mas também para investir na (re)hierarquização das diferenças, especialmente a partir da rebiologização essencializadora das concepções de *família* (declinada sempre no singular: a “única família natural”, patriarcal, biologicamente radicada, fundada na união monogâmica homem-mulher, presumivelmente).

O combate a chamada “ideologia de gênero” do governo Bolsonaro e seus discursos de ódio fomentou o aprofundamento da violência contra a população LGBTQIAPN+ e contra as mulheres, a repulsa pela palavra gênero e a falácia de uma suposta “Ideologia de gênero” se proliferou com mais intensidade no Brasil a partir de um discurso neoconservador, moral e cristão, umas das maiores pautas das campanhas do governo Bolsonaro, foi o combate à “Ideologia de gênero” em que se proliferou a ideia e a sua repulsa contra a palavra gênero. O apagamento do termo gênero nas publicações do MMFDH representou um retrocesso (MOSCHKOVICH, 2022).

Compreendemos gênero como uma categoria relacional de poder entre homens e mulheres, onde historicamente o patriarcado, segundo as análises de Saffioti (2004), é tido como caso específico das relações de gênero, presente em todos os espaços sociais, desiguais e hierárquicos, fundamentando as relações de poder. A autora pontua que o gênero é um conceito mais amplo que patriarcado estabelecendo uma relação hierárquica de poder civil e não privado, tendo por base a ideologia e a violência.

O sistema patriarcal e sua ideologia perpassam os segmentos da sociedade civil e, obrigatoriamente, o Estado, em que o poder patriarcal é exercido pelo homem, branco e heterossexual (SAFFIOTI, 2004). Neste tocante é válido ressaltar que na sociedade não existem apenas discriminações de gênero, mas também as discriminações de raça/etnia, classe social e orientação sexual.

Na visão da autora, a contradição da sociedade capitalista estaria contida na tríade patriarcado, racismo e capitalismo, perpassando a estrutura social na qual estão situadas as relações sociais. Desta forma, as mulheres são afetadas por uma desigualdade de gênero plural, atravessada pelas três contradições fundamentais da sociedade: patriarcado, capitalismo e racismo. Ademais, a herança histórica do escravismo pertencente à nossa sociedade e a cor da pele não branca diz muito a respeito do reconhecimento social deste indivíduo (SAFFIOTI, 2004).

A partir de nossas análises e pesquisas, consideramos ser mais abrangente falar em igualdade de gênero do que falar em igualdade entre as mulheres, haja visto também a

diversidade de mulheres, o diálogo estabelecido com as políticas públicas e com os profissionais que no cotidiano profissional as implementam, executam e fazem sua gestão. Falar em igualdade de gênero no atual momento político, de retomada de um diálogo democrático, é fundamental: resgatar esse conceito que foi endemonizado e depois propositalmente conduzido a um apagamento enquanto viés político da extrema direita conservadora.

Além disso, como já afirmamos, historicamente é o gênero que demarca a formulação de políticas públicas de igualdade entre homens e mulheres. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tem como pressuposto político o conceito de violência contra mulheres baseada no gênero, tendo sido incorporado em seu artigo 5º justamente para evidenciar a compreensão dessa violência como um problema social e não individual.

A preocupação é garantir que em nossa compreensão de gênero estejam presentes análises críticas, que consideram a relação entre homens e mulheres como parte de uma totalidade social. Em nossa compreensão, incorporar perspectiva de gênero nas políticas públicas, é pensar políticas com equidade; reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres, bem como o controle da sexualidade, é estrutural.

Ressaltamos que o caráter familista das políticas públicas, reproduzidas pelo MMFDH (RAMOS, 2023), indicando a naturalização das desigualdades de gênero e a centralidade das mulheres na organização da vida familiar, é funcional à acumulação capitalista, uma vez que esse modelo de família nuclear, burguesa, monogâmica e heteropatriarcal, seria o modelo ideal para manutenção da ordem social e econômica do capitalismo, via a atribuição de papéis desiguais a homens e mulheres.

Todos esses retrocessos e violência protagonizados pelo avanço da extrema direita não se dão sem resistência, sobretudo diante um recrudescimento da sociedade misógina, LGBTQIAPN+fóbica e racista, bem como o conservadorismo e neofascismo. O avanço das políticas antigênero contribui para este crescimento, e se agravou ainda mais com a crise sanitária e a pandemia de Covid-19.

E foi essa resistência que possibilitou, a partir da fusão de forças populares no pleito de 2022, a eleição de um governo democrático, que tem demonstrado abertura para avançar na superação de algumas pautas conservadoras, e a retomada de pautas progressistas e democráticas. O desafio aqui é compreender, pela comunicação do MMulheres durante o ano de 2023, em que medida essa empreitada tem sido possível.

ANALISANDO A COMUNICAÇÃO DO MMULHERES DURANTE O ANO DE 2023: GÊNERO EM DISPUTA?

Analisando a página do Instagram, canal de comunicação principal do MMulheres, a categoria gênero foi aparecendo timidamente, tendo destaque o uso do termo “mulheres”, reafirmando tratar-se do “Ministério de todas as mulheres”.

Aqui já vemos um avanço em relação ao Ministério anterior, que deixava claro ser o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. “Mulher” não vem no singular à toa, e não há uma neutralidade no “casamento” mulher e família.

Nossa primeira indagação surgiu daí: quem são todas as mulheres? Seria apenas uma mudança de nomenclatura? Estariam incluídas aí mulheres negras, indígenas, transexuais, lésbicas e bissexuais? Seria uma tentativa de afirmar que nesse Ministério, “mulher” deixa de ser um modelo universal de mulher branca, cisgênero, heterossexual? Seria uma forma de questionar um modelo eurocêntrico e colonial de mulher?

Não localizamos um posicionamento oficial da Ministra Cida Gonçalves sobre a temática, mas muitas das postagens mostram uma inclusão dessas mulheres nos canais de comunicação do Ministério⁷.

Figura 1: Ministério de todas as mulheres. Postagem do Instagram do Ministério das Mulheres em 15/02/2023



Fonte: Brasil, 2023.

⁷ Não é nosso objetivo aqui avaliar se têm sido pensadas políticas públicas específicas ou que deem conta das necessidades destas mulheres, mas por tratar-se de uma pesquisa longitudinal, que compreenderá os 4 anos do governo Lula, esta indagação sem dúvida se coloca no nosso horizonte de pesquisa.

A imagem mostra uma pluralidade de mulheres: negras, brancas, cis, trans, com deficiência, mães, indígenas, LBTs, jovens, idosas. A ministra Cida Gonçalves afirmou que “O ministério é ‘das mulheres’ porque elas são diversas e são plurais. E está à disposição e será parceiro na execução de políticas públicas para pessoas trans e travestis e em combate ao preconceito”.

Ao nosso ver, mesmo não trazendo o termo gênero, isso já demonstra uma perspectiva de gênero na condução das ações do Ministério.

No dia 14 de fevereiro de 2023, 45 dias após a criação do Ministério, surge a primeira comunicação com o uso do termo gênero, atrelado a uma expressão que seria muito usada dali em diante, a “violência política de gênero” (Brasil, 2023a).

Figura 2: Violência política de gênero é crime. Postagem do Instagram do Ministério das Mulheres em 05/02/2023



Fonte: Brasil, 2023b.

Na postagem, o Ministério indica a “violência política de gênero” da seguinte maneira:

“A violência política contra as mulheres pode ser caracterizada como todo e qualquer ato de violência, com o objetivo de excluir a mulher dos espaços de poder e decisão; impedir ou restringir o acesso e o exercício de funções públicas; e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As agressões podem ser físicas, psicológicas, econômicas, simbólicas e/ou sexuais.” (BRASIL, 2023b).

Para o Ministério, “violência política de gênero” diz respeito ao tipo de violência encontrado por mulheres em espaços coletivos de decisão e poder. Importante mencionar que, mesmo a categoria reconhecendo “gênero” em seu título, a descrição, como visto acima, menciona “violência política contra as mulheres”, fazendo uma equiparação entre “gênero” e “mulheres”.

Em relação a dados sobre essa violência, a postagem afirma que 82% das mulheres em espaços políticos sofreram violência psicológica, sendo dessa porcentagem, 42% relataram que já sofreram ameaças e 40% tiveram o exercício de suas agendas legislativas dificultadas devido às agressões. Desde a sanção da lei, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022), “o Ministério Público Federal (MPF) contabilizou 112 procedimentos relacionados ao tema [até o mês de novembro de 2022]”. Nas eleições de 2022, houve um aumento de 18% nas mulheres na bancada da Câmara Federal. Porém, mesmo com esse acréscimo fundamental, a presença de mulheres no total de parlamentares corresponde a aproximadamente 18%.

Todo esse cenário nos aponta rebatimentos, expressões do patriarcado na estrutura da sociedade brasileira. A partir do momento que um órgão necessário para a sociedade – no caso, o Ministério das Mulheres – incorpora esse debate em seu meio de comunicação, ele nos apresenta, mesmo que inicialmente, um comprometimento com as pautas que surgem com essa temática.

No dia 25 de fevereiro, ao anunciar as pautas do 08 de março, primeiro Dia das Mulheres após a criação do Ministério, a comunicação do MMulheres fala em transversalidade de gênero. Segundo o MMulheres, “transversalidade de gênero significa não deixar NENHUMA mulher para trás, sem ignorar as particularidades e vulnerabilidades associadas à raça/etnia e classe social”. (BRASIL, 2023c).

O termo tem aparecido cada vez mais, tanto nas publicações quanto nos discursos oficiais do Ministério. Segundo Farah e Macondes (2021), a transversalidade de gênero é um modelo de estruturação das políticas públicas de modo a propiciar a igualdade de gênero, e propõe três dimensões interligadas nessa abordagem: enquadramento das políticas por perspectivas feministas, aderência às agendas políticas feministas e condições institucionais para a transversalidade.

No campo da política pública, enquadramentos é o termo que se dá para as diferentes narrativas que são construídas em cima dos problemas públicos e as ações tomadas para solucionar esses problemas, na busca dar suporte a alguma ideologia e, por conseguinte, a uma agenda política. É nesse campo que se encontram as disputas em torno do significado de gênero

nas políticas públicas, e em torno desse significado são moldadas as formas como se estruturam as políticas públicas de gênero.

As agendas políticas ganham sua coerência a partir desses enquadramentos, que apresentam diversos problemas identificados por essa narrativa e quais seriam as possíveis soluções para essas adversidades. Ao afirmar que a aderência a agendas políticas feministas é uma dessas dimensões, o que as autoras buscam explicitar é que é necessário que a ideologia vigente no campo das políticas públicas seja feminista, que busque contestar e transformar as relações de poder e dominação vigentes.

E a última dimensão são as condições institucionais para a transversalidade, que consiste em ter instituições que estruturam a transversalidade no âmbito do Estado – órgãos que lidam com políticas públicas especificamente para as mulheres.

Ao se alcançar essas três dimensões temos o que as autoras vão chamar de transversalidade de gênero, atuando como modelo de gestão no governo. No MMulheres, essas três dimensões aparecem nas ações do Ministério e expressam uma perspectiva teórica de transversalidade de gênero que busca ampliar a igualdade de gênero (uma pauta que tem sido levantada pelo ministério desde a sua criação).

Observando as duas primeiras dimensões, a de enquadramento das políticas públicas e o de aderência às agendas políticas feministas, podemos observar que o Ministério tem tido o comprometimento de resgatar palavras como “gênero”, e o reafirmar com o conceito essencial para debater e enfrentar a desigualdade entre homens e mulheres. Além disso, também fica claro nas falas da ministra Cida Gonçalves, que o Ministério compreende esta desigualdade como resultado de diversos fatores tanto culturais/sociais como estruturais, ao explicitar a compreensão de “gênero” em sua dimensão relacional entre homens e mulheres, perpassadas por relações patriarcais, desiguais, racistas, misóginas e machistas. Uma perspectiva bastante abrangente e calcada em análises teóricas feministas e do campo progressista.

Abordando a terceira dimensão, as condições institucionais para a transversalidade, a realidade que tem sido apresentada pelo Ministério se demonstra bastante favorável à institucionalização das outras duas dimensões e suas ideologias nos órgãos e equipamentos governamentais que lidam com execução das políticas públicas para as mulheres, além da criação de diversos planejamentos orçamentários e novos programas de combate a desigualdade, violência e de incentivo à participação popular/feminina nos espaços deliberativos das comunidades. Mas a análise da implementação dessas políticas só será possível a médio/ longo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prazo.

Temos observado que a comunicação tem se preocupado em entender gênero associado a explorações de raça e classe, podendo indicar uma perspectiva interseccional.

Figura 4: Raça, gênero e classe social. Postagem do Instagram do Ministério das Mulheres em 31/10/2023



Fonte: Brasil, 2023d.

A publicação traz um debate e dados essenciais para pensarmos a desigualdade de gênero, raça e classe no Brasil. Para analisar políticas públicas de igualdade de gênero é imprescindível pensarmos na transversalidade e interseccionalidade de classe e raça que atravessam e se inter-relacionam com gênero. São indicadores que reproduzem múltiplas desigualdades e moldam diversos fenômenos na sociedade. Como o próprio post diz: a fome tem cor, e não só cor, como também gênero: são majoritariamente lares chefiados por mulheres, negras e pobres que passam fome e pobreza no país. A população negra, especificamente as mulheres negras, continuam sendo violentadas de diversas formas. A divisão sexual e racial do trabalho perpassa a superexploração, a precarização, pauperização, o trabalho doméstico feminino, o trabalho reprodutivo que são expressões da questão social que decorrem diariamente na vida das mulheres. No modo de produção capitalista, a divisão de tarefas, o trabalho doméstico, o cuidado é imposto às mulheres: o tempo que a mulher faz os afazeres domésticos, o tempo que a mulher fica com os filhos, entre outros múltiplos trabalhos que estruturalmente é

colocado para a mulher, e que na maioria das vezes, se passa como um trabalho invisível e se aprofunda ainda mais com as dimensões de raça e classe (Passos, 2017).

Vivemos em uma sistema-hetero-patriarcal-racista-capitalista que precisa dessas formas de violência e exploração para sobreviverem, por isso, é tão importante pensarmos na construção de políticas públicas transversais.

IMPRESSÕES PRELIMINARES

O Ministério das Mulheres tem apontado avanços importantes para se pensar a política para mulheres no Brasil. Em sua criação, encontrou um cenário de conservadorismo, de perseguição e apagamento da categoria gênero, de redução da mulher a uma categoria universal (branca, de classe média, cisgênero, heterossexual), de corte orçamentário das políticas para mulheres, no reforço à violência, racismo e misoginia. Enfrentar esse cenário não seria possível apartado da luta feminista, antiracista e antipatriarcal. Não é momento para meios termos. São tempos que exigem coragem.

Nas primeiras análises observamos um cuidado em usar gênero nas imagens, dando preferência para “mulheres”. “Gênero” estava nos textos, nas falas da Ministra, mas apareceu timidamente nas imagens. O uso era mais comum quando se falava em “Desigualdade política de gênero”. Uma hipótese levantada é de que ainda há um resquício da perseguição ao gênero, criado por movimentos conservadores, mas levado ao extremo nas campanhas eleitorais e no governo de Jair Bolsonaro.

Observamos que a pauta da pluralidade de mulheres, diante do slogan “Ministério de todas as mulheres”, em sua diversidade de raça, sexualidade, território, é retomada todo o tempo, mesmo diante dos questionamentos e críticas em incluir mulheres transexuais. O Ministério se posicionou ao evitar o reducionismo de mulher a uma perspectiva biológica e cisgênera.

Diante da análise das publicações do MMulheres nesse primeiro ano, podemos inferir que há uma preocupação em não só retomar a categoria gênero, mas afirmá-la como importante para se pensar políticas públicas. Há uma tendência também em não a considerar por si mesma, mas como resultado de desigualdades entre homens e mulheres.

O Ministério demonstra uma preocupação de entender as mulheres em sua pluralidade. Isto está bem presente na comunicação oficial. Mas é preciso acompanhar se esta pluralidade de mulheres vai se sustentar em políticas que particularizem as diferentes formas de exploração e

opressão que as mulheres negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, periféricas, LBT's enfrentam. Esta deve ser uma preocupação a longo prazo de pesquisadores e militantes.

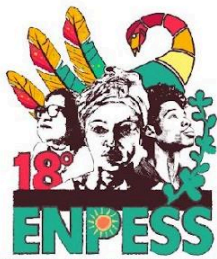
Há ainda um investimento teórico e político no debate de misoginia, que merece um aprofundamento futuro. Este debate é muito necessário, haja vista o caráter misógino do governo anterior. A Ministra expôs dados de desigualdade de gênero no âmbito do trabalho, do quadro de violência, e do desafio de enfrentar a misoginia. Mostra-se também um investimento nas pautas acerca da participação política das mulheres e do combate à violência de gênero. Sem dúvida, pautas importantes e necessárias para combater a desigualdade de gênero.

Importante pensar também se ações afirmativas, conforme o Ministério propõe, são suficientes para acabar com a desigualdade de gênero ou tem o horizonte de amenizá-las a médio e longo prazo. Mas deixamos o questionamento se um governo nitidamente assentado em orientações neoliberais, conseguirá responder pautas que requerem ações mais contundentes, profundas e estruturais, que tem raízes no capitalismo, no patriarcado, na divisão sexual e racial do trabalho.

Para nós, assistentes sociais, atrelar a perspectiva de gênero à formação e ao trabalho profissional, é urgente, conforme um dos princípios fundamentais do nosso código de ética profissional, em seu artigo VIII, ao defender a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Reconhecer, entretanto, que estas desigualdades são estruturais, e que, portanto, políticas públicas são necessárias para respondê-las, mas insuficientes para superá-las.

Chegamos em 2023 respirando alguns ares de possibilidade de viver em uma democracia, possibilidade fortemente abalada no governo Bolsonaro – mas que após uma fusão de forças populares no pleito de 2022, foi vencido democraticamente pelo atual Presidente Lula. Isso não significa o fim de todos os problemas ou a retomada imediata a partir do ponto onde retrocedemos - é sabido que o estrago foi grande. No entanto, nos assegura a possibilidade de se criar disputas em campo democrático e não por vias nas quais a censura política ideológica e o discurso de ódio seguem sendo a tônica impressa pelo poder público. A eleição democraticamente disputada, nos indica que a maioria de nós acredita ser possível não avançar ainda mais nos retrocessos e atrocidades apregoadas no último governo.

É um momento de retomar o fôlego e seguir sem retroceder. Vislumbrar políticas e serviços que busquem, frente às contradições da sociedade burguesa, não apenas garantir um atendimento digno às mulheres em sua diversidade, mas contribuir efetivamente para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reconhecimento e promoção da cidadania deste segmento, na construção de políticas públicas não misóginas, como apregoa o atual Ministério das Mulheres. Isso não é tarefa fácil, nem alcançada individualmente, requer um esforço coletivo de articulação com movimentos sociais e com demais sujeitos envolvidos na luta pelos direitos das mulheres, da população LGBTQIAPN+, da população negra, na destituição de uma falsa “ideologia de gênero”, por uma vivência autônoma da sexualidade e pela possibilidade de tratarmos as famílias e as mulheres, em seus aspectos jurídicos e sociais, no plural, e não no singular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Como será o 8 de Março?**. Brasília, DF, 25 fev. 2023c. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CpFfRgqgWoX/>>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres**. Brasília, DF, 05 jun. 2023b. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CtHk_liORUa/?img_index=1>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério de todas as mulheres**. Brasília, DF, 15 fev. 2023. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CosMgNauO8O/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. **Programa Pró - Equidade – 7ª Edição**. Brasília: DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoesanteriores/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas/programa-pro-equidade-7a-edicao/guia-do-programaequidade.pdf>>.

BRASIL. **Raça, gênero e classe social**. Brasília, DF, 03 out. 2023d. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cx82r4xP6BI/?img_index=1>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Unindo forças**: Diálogo interministerial debateu ações de combate e prevenção à violência política de gênero. Brasília, DF, 14 fev. 2023a. Instagram. @min.dasmulheres. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CopzG4ZPFw3>>.

Acesso em: 01 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/Jun. 2017. v 5, n 1. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>>. Acesso em: 03 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COMBAHEE RIVER, C., Pereira, S., & Gomes, L. S. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural*, 26(1), 197-207. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Violência política de gênero**: Brasil registra sete casos a cada 30 dias. Brasília: Agência CNJ de Notícias, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério. **A invenção da "ideologia de gênero"**: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Dezembro, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004#20a. Acesso em: 07 jun. 2023.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. "Transversalidade de gênero em política pública". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

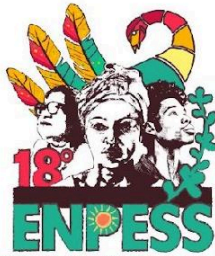
PASSOS, Rachel. "De escravas a cuidadoras": invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - Mai. a Ago., 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf.

MOSCHKOVICH, MARÍLIA. Senso-comum como política de Estado: 'mulher' e 'família' na política pública anti-gênero e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro. In: **46ª Reunião Anual da ANPOCS**, 2022, Campinas, SP. Anais da 46ª Reunião Anual da ANPOCS, 2022.

RAMOS, Isabela Cardoso. **O projeto de reordenamento teórico-político das políticas públicas para mulheres no (des)governo Bolsonaro**: uma análise sobre a perspectiva de família adotada pelo MMFDH. Niterói, 2023. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Humanidades e Saúde, Rio das Ostras, 2023.

Saffioti, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIRELLI, P. M.; REGINALDO, A. C. D. S.; RAMOS, I. C.; LESSA, C. L. S.; SIRELLI, N. M.; ALVES, H. J.. Políticas públicas anti gênero: uma análise do MMFDH. In: Éverton Nery Carneiro; Argimária Freitas de Sousa Soares; Luciane Silva dos Santos. (Org.). **GÊNERO EM FOCO**. 1 ed. Curitiba: Bagai, 2023, v. , p. 67-82.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

TEIXEIRA, J; BARBOSA, O. A. . A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89–105, 2022.

UOL, Redação. **Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero**. Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-dodiscurso.htm>. Acesso em 20 junho 2023.